



**ACÓRDÃO Nº654/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11023/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Carauari
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Jose Airton de Freitas Siqueira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 526/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Carauari. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Carauari, sob responsabilidade do Sr. Jose Airton de Freitas Siqueira, referente ao exercício de 2018, com fulcro no art. 22, II, e art. 24 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Jose Airton de Freitas Siqueira no valor de **R\$ 4.500,00**, a qual foi alterada em sessão pelo Relator, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, referente a permanência da restrição 9, com base no art. 308, VII, do Regimento Interno desta Corte, em razão das impropriedades remanescentes;  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



**ACÓRDÃO Nº654/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Recomendar** a Câmara Municipal de Carauari que dê maior atenção aos esclarecimentos solicitados e apresente comprovações documentais mais precisas;
- 10.4. Dar ciência** ao Sr. Jose Airton de Freitas Siqueira e demais interessados desta decisão;
- 10.5. Arquivar** o presente processo após o cumprimento das medidas acima, conforme os termos regimentais.

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela Irregularidade das Costas, multa de R\$ 14.000,00, determinação à Câmara de Carauari e notificação ao interessado. Vencidos ainda os Conselheiros Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos pela inaplicabilidade da multa.*

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 1 de Julho de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral